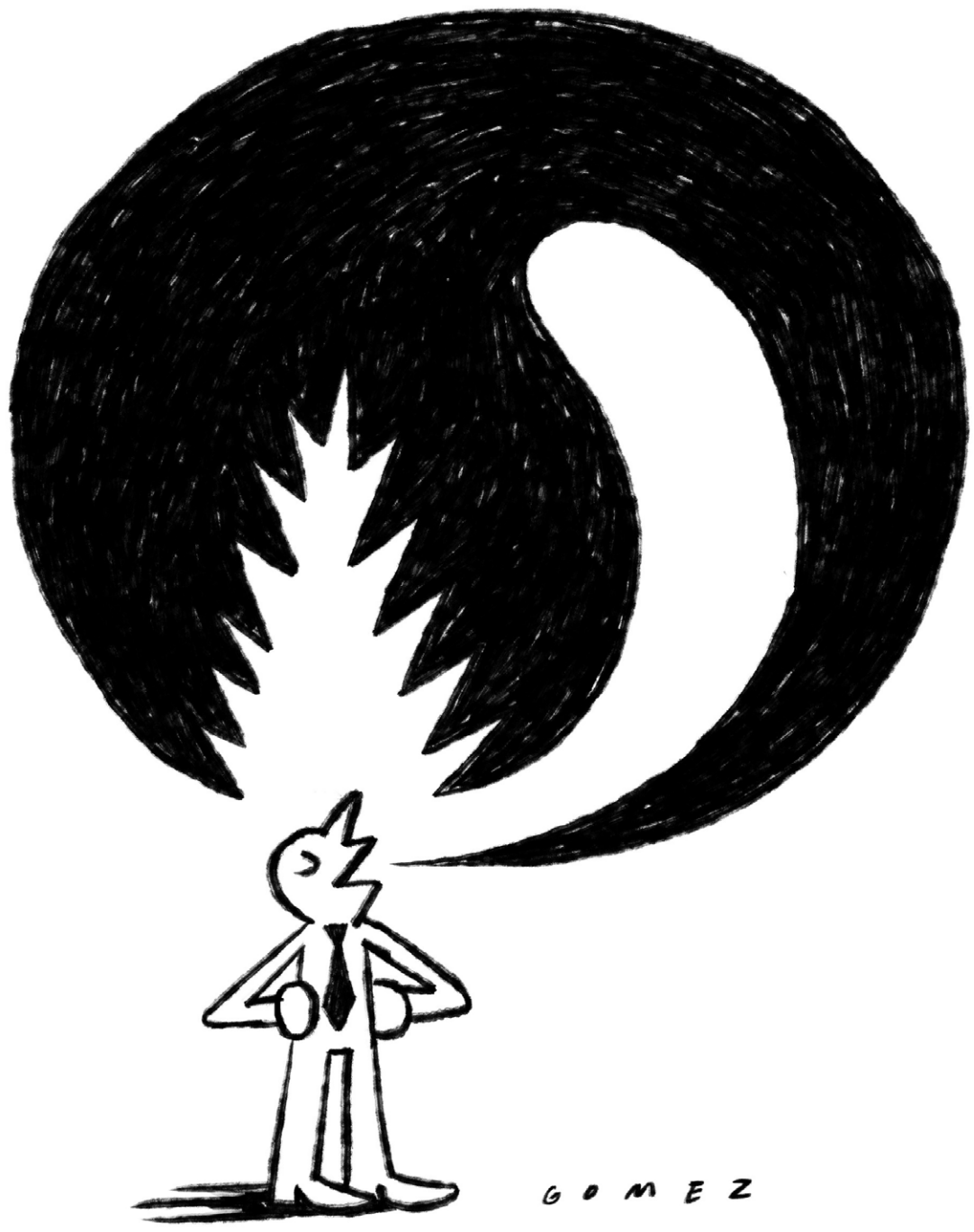
Esperteza ou incompetência

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
*Jornalista (***andregustavo10@terra.com.br***)*



O ex-governador de São Paulo João Doria iniciou sua caminhada em direção ao Palácio do Planalto na pequena cidade de Rio de Contas, no centro da Bahia, a mais de mil metros de altitude, nas proximidades de Brumado e Caetité — hoje, um exemplo de geração de energia eólica. A pequena vila se situa no alto da Serra do Tromba. O Rio de Contas atravessa a cidade e as montanhas nos seus 620 quilômetros até desaguar no oceano Atlântico, perto de Itacaré, nas proximidades de Ilhéus.

João Dória, candidato que a partir de agora será conhecido apenas como João, homenageou seu pai, nascido naquela cidade. Depois migrou para São Paulo, onde entrou para a política. Mas teve seu mandato de deputado federal cassado em 1964 e foi obrigado a se refugiar no exílio. João teve que trabalhar cedo, vencer a adversidade até amealhar boa fortuna. Hoje, é um homem rico. E, aparentemente, esperto. Entrou no PSDB com auxílio de Mário Covas e foi afastando adversários, no dizer do conterrâneo de seu pai, "metendo o cotovelo e abrindo caminho", como se faz na praça Castro Alves atrás do trio elétrico.

Ele criou boa confusão há duas semanas com sua renúncia e posterior renúncia da renúncia, embolou o jogo sucessório no estado de São Paulo, mas conseguiu permanecer em evidência. Ocupou a primeira página dos jornais durante quase toda a semana. Ele é um mestre em publicidade e propaganda. É o arranco final, quase desesperado, de um candidato que, apesar de vir de São Paulo, o mais populoso e rico estado brasileiro, não avança além de três por cento na preferência dos eleitores. É aí que mora o problema.

O presidente Bolsonaro fala muito sobre assuntos digamos formais, mas cala diante de ganhos efetivos. Seu partido, o PL, quase dobrou de tamanho na Câmara dos Deputados ao longo do mês de março. A janela de transferência fechou e revelou que o partido do presidente chegou ao fim do mês com 73 deputados. Antes tinha 42. Os partidos informalmente coligados, irmanados nos mesmos propósitos, também cresceram muito. O PP chegou a 49 deputados e o Republicanos, partido ligado à Igreja Universal, foi a 45 deputados. Os três juntos deverão fazer uma bancada numerosa e operosa. A base do governo está garantida neste final de mandato.

Nas eleições de outubro, é possível que essas bancadas aumentem ainda mais, porque o partido terá candidatos com boas possibilidades em quase todos os estados. O crescimento do PL foi impressionante também nos estados. Em São Paulo, o partido tinha seis representantes na Assembleia Legislativa. Passou a 19. No Rio de Janeiro tinha um, foi para 14. Em Minas Gerais, tinha dois e foi para nove. No Distrito Federal, tinha dois e cresceu para quatro. No total, tinha 106 deputados estaduais e passou para 130. É um crescimento notável. O partido definiu 13 pré-candidatos a governador. Como é comum em grandes partidos, terá problemas internos para solucionar as disputas locais.

Na Bahia, o presidente Bolsonaro quer a candidatura do seu ministro João Roma. O ex-prefeito de Salvador ACM Neto preferia fazer acordo com o indicado de Lula e com o MDB do notório Geddel Vieira Lima. Ele anunciou apoio ao candidato do PT. Alguém vai administrar essa confusão. Depois que Jaques Wagner desistiu de ser candidato ao governo do estado, a candidatura de ACM Neto passou a ser considerada imbatível. Mas eleição só é ganha depois que as urnas apontam o vencedor.

Há problema semelhante em Goiás. Nos próximos meses, essas disputas paroquiais vão ocupar os analistas políticos, porque os candidatos montarão seus respectivos palanques nos estados. É um trabalho de costura lento, difícil e complicado para atender egos feridos, ciúmes profundos e interesses não respeitados. No final, aparecem os candidatos. O cenário eleitoral ainda contempla Bolsonaro versus Lula. Em terceiro lugar, agora, Ciro Gomes.

Impressionante é a queda de rendimento do candidato do PT. Ele tem se mostrado indeciso e inábil quando faz declarações sobre aborto e classe média absolutamente fora da hora. Sergio Moro, vítima de um ataque de amadorismo inexplicável, jogou fora seu patrimônio de quase 10% da preferência dos eleitores. Virou fumaça. Ainda há esperança de surgir algum tipo de acordo entre Simone Tebet, Eduardo Leite e alguém mais que queira somar força à chamada terceira via.

O confronto entre Lula e Bolsonaro empobrece a política nacional. Reduz o debate a acusações recíprocas. Mas a cada dia parece mais difícil para o eleitor brasileiro fugir desta dualidade. Tancredo Neves dizia que a esperteza, quando muita, vira bicho e engole o dono. É o que parece estar acontecendo agora na dança de candidatos. Ou, de outra forma, é incompetência mesmo.

A PEC 76/2019 e a necessária autonomia da perícia criminal

» LEANDRO CERQUEIRA LIMA
Presidente da Associação Brasileira de Criminalística (ABC)

A PEC 76/2019, de autoria do ex-senador Antônio Anastasia, visa alterar a Constituição Federal para incluir as Polícias Científicas no rol dos órgãos de segurança pública. A proposta está na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal e aguarda apresentação do relatório pelo senador Weverton Rocha (PDT-MA). A matéria aguardava a realização de audiência pública desde o início de 2020, a qual ocorreu, finalmente, no dia 17 de março de 2022.

A audiência, acompanhada por milhares de pessoas, jogou luz à ferrenha oposição à alteração constitucional, empreendida por uma parcela única de membros da segurança pública. Os dirigentes das polícias civis e seus representantes, presentes em peso na audiência, argumentaram que a PEC é desnecessária e, além disso, causaria mais despesas aos cofres públicos. Essas alegações são infundadas e podem ofuscar as reais motivações da resistência, as quais nos parecem incompatíveis com os valores insculpidos em nossa Constituição Cidadã.

A desnecessidade da alteração, segundo eles, decorre da existência da Lei 12.030/2009, que já garante aos peritos oficiais a necessária autonomia técnica, científica e funcional. Todavia, a realidade tem se mostrado diferente da teoria pois, não à toa, ocorre no país um movimento natural de desvinculação dos órgãos periciais das polícias judiciárias. Apenas sete Estados e o Distrito Federal ainda têm os seus institutos de perícia subordinados às polícias civis, modelo que já foi predominante no passado.

A subordinação administrativa às polícias civis parece criar o entendimento institucional de que a perícia criminal se presta exclusivamente a legitimar as hipóteses da investigação policial. Ignora-se, assim, a imparcialidade inerente à atividade pericial, que deve pautar suas conclusões na ciência, na técnica e nos métodos que lhes são próprios. Essa cegueira deliberada acerca da finalidade da perícia criminal, potencializada pelo apetite de solucionar a qualquer custo um crime, compõem uma perigosa mistura que pode levar, por exemplo, à irreparável prisão de inocentes, como recentemente ocorreu no DF.

A isenção da atividade pericial faz com que, ocasionalmente, as conclusões dos experts levem a caminhos diferentes daqueles esperados pelo investigador. Essa discordância pontual, que deveria ser vista como natural e salutar, na medida em que garantidora dos direitos dos cidadãos, por vezes é a raiz de inquietações às quais os peritos são submetidos. Pressões das corregedorias de polícia, falta de valorização profissional, ausência de medidas para conter o baixo efeito e avanço de outras categorias sobre as atribuições dos peritos são exemplos.

Outra alegação, reiterada na audiência pública, é a de que a proposta geraria despesas ao erário. Visto que os órgãos de perícia já existem e estão em pleno funcionamento, não há que se falar em criação de despesas. Até mesmo nos Estados onde a perícia ainda integra a polícia civil, a PEC não tem o condão de promover uma desvinculação automática dos órgãos, mas tão somente de autorizá-la, caso seja considerada conveniente e oportuna.

Concluímos com a certeza de que o que se busca é a consolidação de um sistema de justiça criminal mais eficaz e, ao mesmo tempo, mais justo. Por isso, urge a aprovação da PEC, que, ao propor a constitucionalização da Polícia Científica, sem a criação de qualquer despesa aos cofres públicos, assegura a autonomia e a isenção necessárias ao desenvolvimento da atividade pericial, tal como recomendam os mais diversos entes nacionais e internacionais, como a ONU, Anistia Internacional e a Academia Nacional de Ciências dos EUA.

O primeiro amor

» MARCUS LACERDA
Médico pela Universidade de Brasília e infectologista da Fiocruz Amazônia

Em tempos de guerra ou de paz, é muito importante que nada nos desvie daquilo com que nos comprometemos um dia. A essência de quem somos é o nosso compromisso com o que amamos fervorosamente. João advertiu no livro do Apocalipse: "Contra você, porém, tenho isto: você abandonou o seu primeiro amor. Lembre-se de onde caiu!" Para quem não teve os olhos cegados pela pandemia, é fácil perceber que as doenças que aconteciam antes da covid-19 não cessaram. Enchentes, desabamentos, acidentes aéreos e corriqueiras hemorroidas seguiram existindo, e pasmem: nenhuma relação com a pandemia, apenas assuntos menos noticiados.

Nesse interregno conhecemos a doutora Mauricia Cammarota, cirurgiã pediátrica treinada pela Universidade de Brasília. Escolhemos ela, entre muitos no Brasil, para corrigir uma malformação renal no nosso pequeno filho de apenas três meses de idade. Quando eu ainda era estudante de medicina na mesma universidade, ela já era uma médica residente de grande destaque entre seus pares, e de futuro promissor. Vinte e quatro anos depois, encontrei Mauricia mais madura, mas com a mesma paixão que todos vimos em seus olhos no milênio anterior.

Mauricia mantém até hoje a mesma técnica que aprendeu na universidade, de conversar pausadamente com a família de seus pacientes, transmitindo segurança e assertividade — o que mais se espera de uma pessoa a quem você entrega seu filho desacordado, para ser manipulado por longas horas de aflição parental. Mauricia conserva o mesmo passo firme e veloz de outrora, estuda e se atualiza de forma periódica, segue os protocolos e nunca se perde em meio à intervenção esquizofrênica de pais médicos ou de qualquer um que atravesse seu caminho. Ela analisa os exames complementares de forma criteriosa e atenta. Não é dogmática e alia a vasta experiência ao bom senso e aos princípios sob os quais foi solidamente formada.

Mauricia avalia pessoalmente cada criança indefesa, a todo instante; não terceiriza isso para nenhuma equipe, que poderia não dispensar o mesmo carinho. Como uma artesã, ela corta, rebate músculos, sutura e segue seu bebê até que ele esteja sorrindo novamente no colo da mãe. Tudo de inesperado pode acontecer, mas dentro da sua cabeça, podemos vê-la, de forma sistemática, revendo seus princípios, seu primeiro amor: a medicina. Sem redes sociais, sem grande estratégia promocional, ela salva o rim de uma criança sem alardear. O tempo e a vaidade não a transformaram, e temos convicção da razão pela qual ela foi a nossa eleita.

Esquecer o fervor, a dedicação e a missão seja talvez o maior erro, ao longo da vida. No último carnaval, uma nova e cansativa discussão sobre quais festas deveriam ser canceladas chegou a ser nauseabunda. Houve estados em que apenas bailes com fantasias estavam proibidos, em outros festas dançantes; em outros, o uso da serpentina... Por que retornar a uma nova discussão que apenas distorce o que especialistas já orientaram? Com alta circulação do vírus, deve-se evitar a aglomeração de pessoas, estejam elas ouvindo rock ou samba, simples assim. A cada instante, gestores despreparados tentam criar regras e normas equivocadas que se contradizem, em um país lamentavelmente tão desinformado, e duramente sequelado.

O mundo precisará cada dia mais de pessoas que sejam fiéis ao seu primeiro amor. Machucados e desmonetizados por uma grande pandemia, não é hora de esquecê-la ainda, desviando nosso foco para uma guerra, sobre a qual, inclusive, pouco entendemos. É preciso ser estratégico, primeiro, dentro de casa, antes de sê-lo lá fora. As mesmas regras sanitárias já criadas para as doenças de transmissão respiratória precisam ser fortalecidas, e a elas agregadas uma forte e persistente campanha de vacinação global contra a covid-19. Qualquer discurso alternativo apenas nos coloca em maior vulnerabilidade bélica. Precisamos de um país com mais Mauricias, com mais hard do que soft skills, que propagandeiem menos e resolvam mais.

João, o Evangelista, concluiu assim seu versículo apocalíptico: "Arrependa-se e pratique as obras que praticava no princípio". Em tempos de guerra ou de paz, e em tempos eleitoreiros, São João mostra-se visionário e atemporal. Quem é fiel ao primeiro amor nunca cai, seja ele crente, médico ou político.